

O CAMPUS AVANÇADO DA UFSC EM SANTARÉM: EXTENSÃO E PIONEIRISMO EM UM CONTEXTO DE CONTRADIÇÕES

FRANCISCA MÁRCIA LIMA DE SOUSA

Mestranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará; Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará (2006), Pós-Graduação em Língua e Literatura pela Universidade Federal do Pará e Graduação em Secretariado Executivo na UNINTER.

E-mail: marciaufopa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0588-6651>

ANSELMO ALENCAR COLARES

Graduado em Pedagogia (UFPA, 1988); Especialista em Ensino Superior (UFPA, 1994); Mestre em Educação (UNICAMP, 1998); Doutor em Educação (UNICAMP, 2003). Professor Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: anselmo.colares@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1767-5640>

RESUMO

O artigo aborda a presença em Santarém de um Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Resulta de estudos bibliográficos, documental e uso da memória enquanto fonte para a reconstituição histórica dos acontecimentos que contribuíram para a posterior consolidação do ensino superior em Santarém via Projeto Norte de Interiorização da Universidade Federal do Pará-UFPA. O campus avançado da UFSC iniciou suas atividades em 1971 e por mais de uma década representou a única presença de uma instituição de ensino superior em Santarém. Em sua fase final de atividades suas instalações foram repassadas para a UFPA e, posteriormente para a Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA. A junção dos campi destas últimas duas Instituições Federais de Ensino Superior resultou na criação da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA. Desta forma, o Projeto Rondon e, mais especificamente o Campus Avançado da UFSC em Santarém, foi um importante precedente para a implantação da primeira Universidade Federal no interior da Amazônia.

Palavras-chave: Universidade. Extensão. Projeto Rondon.

UFSC'S ADVANCED CAMPUS IN SANTARÉM: EXTENSION AND PIONEERING IN A CONTRACT CONTEXT.

ABSTRACT

The article addresses the presence in Santarém of an Advanced Campus of the Federal University of Santa Catarina-UFSC. It is the result of bibliographical, documentary and memory use studies as a source for the historical reconstruction of the events that contributed to the further consolidation of higher education in Santarém via the Northern Interiorization Project of the Federal University of Pará-UFPA. UFSC's advanced campus began its activities in 1971 and for over a decade represented the only presence of a higher education institution in Santarém. In its final phase of activities its facilities were transferred to UFPA and later to the Federal Rural University of Amazonia-UFRA. The merging of the campuses of these last two Federal Higher Education Institutions resulted in the creation of the Federal University of Western Pará-UFOPA. Thus, the Rondon Project, and more specifically the UFSC Advanced Campus in Santarém, was an important precedent for the establishment of the first Federal University in the interior of the Amazon.

Keywords: University. Extension. Rondon Project.

CAMPUS AVANZADO DE LA UFSC EN SANTARÉM: AMPLIACIÓN Y PIONERÍA EN UN CONTEXTO DE CONTRATO.

RESUMEN

El artículo aborda la presencia en Santarém de un Campus Avanzado de la Universidad Federal de Santa Catarina-UFSC. Es el resultado de estudios bibliográficos, documentales y de uso de la memoria como fuente para la reconstrucción histórica de los eventos que contribuyeron a una mayor consolidación de la educación superior en Santarém a través del Proyecto de Interiorización del Norte de la Universidad Federal de Pará-UFPA. El campus avanzado de la UFSC comenzó sus actividades en 1971 y durante más de una década representó la única presencia de una institución de educación superior en Santarém. En su fase final de actividades, sus instalaciones fueron transferidas a UFPA y más tarde a la Universidad Federal Rural de Amazonia-UFRA. La fusión de los campus de estos dos últimos instituciones federales de educación superior dio como resultado la creación de la Universidad Federal de Western Pará-UFOPA. Por lo tanto, el Proyecto Rondon, y más específicamente el Campus Avanzado UFSC en Santarém, fue un precedente importante para el establecimiento de la primera Universidad Federal en el interior de la Amazonía.

Palabras clave: Universidad Extensión Proyecto Rondon.

Introdução

Santarém é uma das cidades mais populosas da Amazônia brasileira paraense. Fundada em 1661, pelo padre João Bettendorf, como missão jesuítica, tornou-se vila em 1758 e foi elevada a categoria de cidade em 24 de outubro de 1848. Desde o período colonial foi alcançando notoriedade e tornou-se o segundo município em importância política no estado. Exerce liderança sobre um conjunto de outros municípios que formam a Região Oeste (denominação utilizada para se contrapor a luta pela criação do Estado do Tapajós).

Localizada a cerca de 850 km de Belém e 810 km de Manaus, as principais capitais da Amazônia, está na confluência dos rios Amazonas e Tapajós. As distâncias geográficas e a frágil presença do Estado têm alimentado o sonho da emancipação cuja proposta inicial data de 1832. A realização de estudos a respeito da viabilidade ficou prevista nas Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988. Em 11 de dezembro de 2011 foi realizado plebiscito, e não obstante mais de noventa por cento da população das cidades da área que formaria o Estado do Tapajós terem se manifestado favoráveis à criação, o projeto não foi vitorioso uma vez que todos os eleitores do Pará puderam votar, e o total dos votos contrários da região metropolitana da capital superaram os votos favoráveis à emancipação.

Entre as muitas carências foi gradativamente ganhando relevo a da educação superior. À medida que as oportunidades de estudo foram sendo ampliadas, cada vez um maior número de estudantes pleiteava prosseguir os estudos. A Universidade Federal do Pará, criada em 1957, só ofertava cursos na capital. Somente após vinte anos “saiu” para o interior, ofertando cursos em caráter precário e experimental. Para isso implantou o Núcleo de Educação de Santarém, em 1971, o qual funcionou até o ano de 1976, quando as primeiras turmas concluíram sua formação em licenciatura curta. Depois de uma longa ausência, o núcleo foi

reativado, retornando suas atividades no início da década de 1980, com a oferta do curso de Pedagogia - habilitação em Supervisão Escolar (licenciatura curta) e oferta da licenciatura plena para as turmas que haviam concluído a licenciatura curta em 1976. Somente em 1983, por meio de um convênio firmado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e a Prefeitura Municipal de Santarém, a UFPA ofertou o curso de Pedagogia, com habilitação em Magistério, em período regular.

Após os primeiros cursos de licenciatura seguiu-se um período de baixa demanda, levando a UFPA a interromper a oferta alegando não haver pleito suficiente e até mesmo desinteresse da sociedade santarena pela educação superior. Avaliação equivocada, uma vez que não houve um estudo para detectar as verdadeiras causas da diminuição de candidatos aos cursos de licenciatura ofertados, os quais ocorriam em período de férias, com inúmeras carências, levando estudantes e professores a um esforço intenso para que as atividades fossem realizadas.

A interpretação equivocada por parte da gestão superior da UFPA quanto à demanda por cursos superiores em Santarém, aliada à ausência de projetos para a interiorização da universidade, resultou no retorno à centralização de suas ações à capital do estado, constituindo assim, um novo período de ausência de cursos de nível superior que pudessem atender a Santarém e outros municípios de seu entorno.

De 1971 a 1983, as ações universitárias na cidade ficaram restritas às ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, por meio de seu Campus Avançado, instalado em decorrência do Projeto Rondon e que, diferente da implantação do Núcleo da UFPA em Santarém, por decorrência da política nacional em curso, contou com logística, planejamento e aparato financeiro. Por consequência, o Campus avançado teve espaço e suporte adequados durante mais de uma década de atuação no município. Fato este que acabou por corroborar com os primórdios da educação superior em Santarém, pois ao encerrar suas ações no município, a UFSC, por meio de convênio, realizou a transferência de posse das instalações do Campus avançado em 1987, à UFPA, que iniciava naquele ano seu projeto interiorização.

Em pleno percurso do Regime de Exceção implantado em 1964, o Decreto-Lei nº 252, em 1967, levou as Universidades Federais a realizar ações extensionistas. O artigo 10 do referido Decreto estabelecia que: “A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1967).

O contexto político e educacional que propiciou o Projeto Rondon

A investida dos governos militares, no sentido de produzir modificações na legislação educacional, foi notada inicialmente com maior intensidade no ensino superior, uma vez que, dentro da estratégia desenvolvimentista, era necessário formar uma elite técnico-burocrática qualificada. E, na medida em que vários setores da sociedade desejavam a modernização da universidade, o estado militar tomou para si essa tarefa, evidentemente fazendo as modificações que atendiam a seus interesses.

Mediante uma série de acordos e convênios entre o governo brasileiro, através do Ministério da Educação e Cultura, com agências internacionais, notadamente a USAID (United States Agency for International Development), as questões educacionais brasileiras passaram a ser submetidas às análises e influências de consultores estrangeiros, como Rudolf Atcon. Outras vezes, constituíam objeto de apreciação por parte de grupos seletos, afinados com os altos escalões militares, como por exemplo os integrantes da chamada Comissão Meira Mattos.

A cooperação de órgãos multilaterais (como o BIRD e o BID) à educação brasileira deu seqüência a um processo de assistência técnica entre Brasil e Estados Unidos que se iniciou ainda na primeira metade do século. As influências externas, no tocante a educação, principalmente oriundas dos Estados Unidos, foram intensificadas no período pós-guerra, com a onda anticomunista, através da Aliança Para o Progresso, da USAID e de outras agências e programas. Contudo, dizer que as reformas educacionais implementadas pelos governos militares tenham simplesmente seguido um modelo estabelecido de fora, implica em desprezar a dinâmica interna da sociedade brasileira.

A Reforma do ensino superior, realizada através da Lei n.º 5540/68, assimilou certas demandas e reivindicações oriundas do movimento estudantil e de parte dos docentes. Por exemplo, incorporou, mesmo que de forma desfigurada, experiências renovadoras como a desenvolvida pela Universidade de Brasília. Introduziu a estrutura departamental e extinguiu a cátedra; adotou o sistema de crédito por disciplina e a periodicidade semestral; modificou o regime de trabalho dos professores com a introdução do regime de trabalho em forma de dedicação exclusiva; estabeleceu que as instituições de ensino superior deveriam ser organizadas, preferencialmente, sob a forma de universidade e também definiu as funções de ensino e pesquisa como partes integrantes e indissolúveis no ensino superior. Com isso,

representou uma importante contribuição para a implantação da pós-graduação, ampliando as possibilidades para a realização de pesquisas.

Depois de ter introduzido modificações no ensino superior, poucos dias antes do AI-5, e de ter colocado em camisa de força o movimento estudantil e a organização docente, o governo militar, no final dos anos 60 e início dos 70, investiu sobre os demais níveis do sistema educacional. Aquele era exatamente o período em que os opositores ao regime enfrentavam o auge da repressão armada, ao passo que o governo ganhava credibilidade e apoio de vários setores da sociedade em função do êxito obtido na política econômica e no enfrentamento de ações mais ousadas de grupos de esquerda.

A Lei 5.692/71 teve uma tramitação relâmpago no Congresso (30 dias), se comparada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4.024/61), que demorou 13 anos. Ademais, foi aprovada por unanimidade e sem vetos por parte do Presidente da República. De certa maneira, a Reforma contemplava os interesses e as reivindicações de educadores, além de agradar à hierarquia católica (com a preservação do espaço para o ensino religioso) e à iniciativa privada (através do apoio técnico e financeiro).

Freitag (1986, p. 94) resume em três tópicos as inovações introduzidas pela Lei 5.692/71, a saber: 1. Extensão definitiva do ensino primário obrigatório (4 para 8 anos), gratuito em escolas públicas, e redução do ensino médio de 7 para 3 ou 4 anos. 2. Profissionalização do ensino médio, garantindo continuidade e terminalidade nos estudos. 3. Reestruturação do funcionamento do ensino no modelo da escola integrada, definindo-se um núcleo comum de matérias obrigatórias e uma multiplicidade de matérias optativas de escolha do aluno.

Como sempre há uma distância entre o que a lei proclama e o que efetivamente cumpre, boa parte dessas inovações ficaram apenas nas intenções. Como observou, ironicamente, o professor Saviani (1984, p. 57), a grande descoberta, a grande inovação da Lei 5.692/71 era o "princípio da flexibilidade", a tal ponto que poderia até nem ser implantada, ou, ser revogada sem ser revogada.

De qualquer forma, a partir da Lei 5.692/71, o sistema de ensino primário e médio foi alvo de um conjunto de medidas que visavam operacionalizar a concepção tecnicista de educação – embora resultando em fracasso – ao tentar incorporar o binômio educação-trabalho desde as primeiras séries do 1º grau, culminando na obrigatoriedade de profissionalização no ensino de 2º grau.

Para garantir a disseminação no meio estudantil dos conceitos validados pelos militares, o Decreto-Lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969, instituiu em caráter obrigatório, como disciplina e também como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do País. Nos estabelecimentos de grau médio, deveria ainda ser ministrada a disciplina Organização Social e Política Brasileira e no sistema de ensino superior, inclusive na pós-graduação, seria realizada sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros. Em períodos de exceção, tal como no pós 1964, fica ainda mais evidente o caráter ideológico que a escola pode assumir. Por outro lado, contraditoriamente, esta ação propiciou o desenvolvimento de várias formas de resistência ao regime militar.

Visando garantir o cumprimento do estabelecido nos objetivos e bases filosóficas da disciplina Educação Moral e Cívica, os professores passavam por um “treinamento” e, aqueles que fossem lecionar em turmas do curso secundário e superior, deveriam ter seus nomes aprovados, mediante consulta ao órgão centralizador de informações, o SNI.

No entanto, alguns professores, com o uso de artimanhas, conseguiram contornar os programas oficiais e desenvolver nos alunos uma atitude crítica. Mas infelizmente foi um pequeno número, em função das perseguições que sofriam e também do “grande número de candidatos dispostos a veicular todo aquele conteúdo de ‘amoral e cinismo’, como a sadia resistência dos alunos batizou a nova disciplina” (CUNHA, 1991, p. 362).

Todas as formas de vigilância contra quaisquer tentativas de “subversão”, exerceram uma influência muito forte na formação, especialmente da juventude, impedida do livre exercício da contestação e do debate em torno das questões políticas. Conforme o entendimento dos militares, constituíam atos subversivos as manifestações de natureza política que não estivessem devidamente sintonizadas com os “objetivos nacionais”.

O Projeto Rondon: A implantação de um Campus Avançado em Santarém

O Projeto Rondon teve sua gênese a partir de trabalhos realizados pelos alunos da Escola de Comando e Estado Maior do Exército no ano de 1965, durante a realização de uma atividade de sociologia intitulada “O Militar e a Sociedade Brasileira”, disciplina esta, ministrada pelo professor Wilson Choeri da Universidade do Estado da Guanabara - UEG. Para a cúpula militar a atividade alcançou bons resultados “que mostraram aos docentes o conhecimento dos alunos a respeito da sociedade brasileira em seus aspectos sociais e culturais” (CASTRO, 2015, p.9).

Diante da repercussão positiva da atividade, o professor Choeri recebeu “apoio” do então comandante da ECEME (Escola de Comando e Estado Maior do Exército), general Bina Machado, para ampliar a atividade, de modo que pudesse integrar os estudantes à realidade brasileira (MONTEIRO, 1990). Realizou-se então, em 1966, o Seminário Educação e Segurança, com participação de representantes de Universidades do Estado da Guanabara, do MEC e de outros especialistas em educação. Durante o seminário, segundo Pravato (2011, p. 22) “os debates aconteceram em torno da necessidade de levar os estudantes à participação realista no esforço do progresso do país”. E com isso, “aproximá-los das comunidades menos desenvolvidas que habitam o interior do Brasil” (PRAVATO, 2001, p. 22). Desse modo, a ideia de instituir um sentimento cívico e nacionalista, e ao mesmo tempo afastar a “subversão” dos meios universitários, foi aclamada pelos participantes, e posteriormente por parte da comunidade acadêmica, conforme descreve o relatório realizado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB.

Levada a ideia pelo grupo participante às suas respectivas universidades, foi imediatamente aceita pelos universitários, e, no dia 11 de julho de 1967, um grupo de 30 alunos e um professor partiu para Rondônia, a fim de realizar trabalhos junto àquelas comunidades. O grupo foi apoiado pelo Ministério do Interior, que lhe cedeu, para os deslocamentos, uma aeronave C-47 PPFNE. No Território de Rondônia. O grupo foi hospedado pelos 5º BEC (...). Os universitários permaneceram na região 28 dias e realizaram vários trabalhos, tais como: levantamentos, pesquisas, assistência médica, educação sanitária, etc. Ao retornarem da viagem, estavam transbordando de entusiasmo, idealismo e com um lema: “Integrar para Não Entregar”. Traziam, também, um nome para o grupo: Projeto Rondon, escolhido por eles próprios, inspirados na figura do grande humanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. (BRASIL, 1980, p. 15).

Com o *slogan* “Integrar para não entregar”, o Projeto Rondon consistiu em uma tentativa de aproximação do governo à universidade, para melhor controle ideológico desta. Tal tentativa, a partir da repercussão da primeira experiência, “ampliada pelos meios de comunicação, torna-se intensa, atraindo a atenção não apenas dos universitários, mas das autoridades” (MONTEIRO, 1990, p. 32), que avaliaram a ação como um “sucesso”, por consolidar a ideia da integração nacional com os serviços de extensão universitária.

O Projeto Rondon, em consonância às preocupações de alguns setores do governo com a integração nacional e com o desenvolvimento da “consciência cívica” da juventude universitária, assumiu o lugar da extensão universitária. Permeado pelo imaginário nacionalista, encontrou ressonância entre militares, parcela de professores e estudantes universitários, bem como grande parte dos meios de comunicação.

A partir da primeira experiência e da sua repercussão, o projeto piloto foi considerado “um sucesso pelo entusiasmo dos participantes e pela difusão na imprensa do país” (PRAVATO, 2011, p. 23). O caráter assistencialista na mesma proporção em que desagradava, encantava os universitários, que entre os meses de janeiro, fevereiro e julho, passaram a atuar em atividades assistencialistas no interior do Brasil, com o apoio das forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), e sob a coordenação do Ministério do Interior.

Por meio do Projeto Rondon as universidades passaram a realizar atividades de caráter permanente proporcionando a articulação de esforços da comunidade e dos órgãos governamentais (MONTEIRO, 1990; BRASIL, 1980; SPIAZZI, 2011 e PRAVATO, 2011). Como forma de contestar as críticas quanto ao estilo assistencialista, a Presidência da República, por meio do Decreto-lei nº 62.927, de 28 de Junho de 1968 (BRASIL, 1968), instituiu em caráter permanente, o Grupo de Trabalho "Projeto Rondon", subordinado ao Ministério do Interior, cuja finalidade era “promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional” (BRASIL, 1968). A partir dos trabalhos do GT e evolução institucional do Projeto Rondon, o Ministério da Integração criou em 1969, o Programa Campus Avançado¹, caracterizado pela instalação de um campus universitário em regiões consideradas pelo governo federal como polos de desenvolvimento econômico e social, considerados ainda não desenvolvidos.

Santarém, dada sua localização geográfica, na região central da Amazônia brasileira, foi considerada pelos governos militares como ponto estratégico para implementar as políticas de ocupação da Amazônia, adotadas durante o regime civil-militar. Pautados num discurso “nacionalista”, os militares pregavam a unificação do país, afirmando que era preciso proteger a floresta contra a "internacionalização". Assim, com o discurso de "Integrar para não Entregar", o Presidente Castelo Branco, em 1966, adotou ações de ocupação como: incentivo a imigração, grandes obras rodoviárias e criação de autarquias cujo objetivo era o desenvolvimento da região. Somou-se a isto, a importância econômica e política² do

¹ Para mais informações sobre Campus Avançado, veja: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon*. Brasília, MEC/DDD, 1980. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me002223.pdf>. Acesso: 02 mar. 2019.

² Na década de 1970, Santarém era considerada como a terceira cidade em importância da região Norte, ficando precedida apenas por Belém-PA e Manaus-AM.

município na Região e os episódios políticos locais³ que levaram o Presidente da República por meio do decreto-lei nº 64.148, de 3 de março de 1969⁴, decretar a intervenção federal transformando a cidade de Santarém em área de segurança nacional. Diante de tais particularidades, o município foi selecionado pelo Ministério da Integração, em 1970, para fazer parte do Projeto Rondon, abrigando um Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Com a decisão do Governo Federal, coube a UFSC, inicialmente, constituir internamente, uma comissão para avaliar a possibilidade de implantação do Campus em Santarém. A Comissão constituída a partir do Grupo de Trabalho instituído pelas Portarias 272/71 e 280/71, resultado do Processo interno N°21495/71/UFSC, foi composta pelos docentes: Lauro Caldeira de Andrade, Luiz Adolfo Olsen da Veiga e Edison Flávio Macedo, os quais se deslocaram de Florianópolis com destino à Santarém em 16 de julho de 1971, conforme consta em relatório final (FIGURA 1) de implantação do Campus Avançado.

FIGURA 1 - Capa do “RELATÓRIO FINAL”



Fonte Figura 1: Arquivo Central da UFSC (Acervo dos autores).

³ Para mais detalhes sobre os episódios políticos (locais) que levaram o presidente da república decretar a intervenção federal no município de Santarém consultar: COLARES, Anselmo Alencar. Sociedade e educação em Santarém - PA: estudo do período em que o município foi de segurança nacional (1969/1984). 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1998. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9236>. Acesso em: 13 mar. 2019.

⁴ BRASIL, Decreto-lei nº 64.148, de 3 de março de 1969, Decreta a intervenção federal no Município de Santarém, Estado do Pará, e dá outras providencias. Diário Oficial da União - Brasília, 3 de março de 1969. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma>. Acesso em: 13 de mar. 2019.

Após a conclusão dos estudos de viabilidade, a comissão responsável emitiu Relatório Final com parecer favorável, exposto no documento e entregue em solenidade especial ao Reitor em exercício, professor Roberto Mundell Lacerda.

[...] Referidos professores deslocaram-se desta Capital no dia 16.7.71 e, após terem cumprido extenso programa de trabalho – nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, Belém e Santarém, retornam a Florianópolis no dia 31.7.71 (UFSC. RELATÓRIO FINAL DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DA UFSC EM SANTARÉM, 1971, p. 3).

De imediato, conforme notícia publicada no Jornal carioca Correio da Manhã, em 16 de agosto de 1971, (FIGURA 2) o Reitor Roberto Lacerda declarou: “O processo de Implantação do campus avançado de Santarém é irreversível e a partir desta decisão a Universidade Federal de Santa Catarina estará voltada para o planejamento e execução deste programa do Ministério do Interior” (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1971, p. 4).

FIGURA 2 - “CAMPUS”



Fonte Figura 2: Biblioteca Nacional Digital. **Jornal Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, RJ. 1º Caderno, fl. 4, Ano 1971, Edição 24031, 16/08/1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=21282&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso: 12 mar. 2019.

O grupo de trabalho encarregado de estudar a viabilidade de implantação do Campus em Santarém chegou a seguinte conclusão:

[...] considerado a elevada significação do empreendimento em apreço, tanto na integração nacional e contribuição às comunidades da Amazônia, como para o próprio desenvolvimento das funções universitárias de extensão e pesquisa. A comissão conclui favoravelmente à instalação do campus avançado em Santarém (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1971, p. 4).

Mediante o estudo técnico da Comissão, e com apoio político e acadêmico, o Reitor Roberto Lacerda, após deliberação do Conselho Universitário, por meio da Resolução

Nº 028/71, de 27 de agosto de 1971, que aprovou o relatório apresentado pelo GT instituído pelas Portarias 272/71 e 280/71, autorizou a constituição de novo grupo de trabalho universitário responsável pela instalação e funcionamento do Campus avançado em Santarém. Para tal, firmou convênio conforme as recomendações do Ministério da Integração.

O convênio, para implantação de um campus avançado, com duração média de cinco anos, reúne, além da(s) universidade(s) e a Fundação Projeto Rondon, a Superintendência Regional de Desenvolvimento, os governos estadual e municipal. A universidade constitui, internamente, um grupo de trabalho para coordenar as atividades do Campus Avançado (Grupo de Trabalho Universitário — GTU) e, em comum acordo com as outras entidades envolvidas, estabelece a programação anual. Nomeia um diretor do Campus Avançado, dentre seus professores, e um administrador. Recruta, seleciona e treina os participantes, compatibiliza sua permanência no Campus Avançado com os encargos curriculares e departamentais e estabelece a escala de equipes que deverão deslocar-se para a área. O Projeto Rondon movimenta, mensalmente, as equipes e transfere ao diretor do campus os recursos financeiros necessários à sua manutenção. Os professores atuam por conta de sua vinculação ordinária à universidade (BRASIL, 1980, p. 18).

Em 14 de outubro, aproximadamente dois meses após a notícia publicada no Jornal Correio da Manhã, ocorreu a implantação do Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Catarina, em Santarém/PA.

Os primeiros extensionistas rondonianos da UFSS chegaram a Santarém nessa data, e em 15 de janeiro de 1972 o Jornal de Santarém estampava a seguinte notícia:

O Projeto Rondon em Santarém – 1972

Conforme vem acontecendo anualmente, por ocasião do recesso escolar do início de cada ano, Santarém acaba de receber mais uma equipe de universitários integrados ao Projeto Rondon, que durante alguns dias vão dedicar-se ao serviço de assistência à população no interior da região levando os seus conhecimentos em forma de orientação e assistência às necessidades que mais afligem os nossos irmãos do campo e das regiões ribeirinhas, recebendo, em troca, novas experiências que serão acrescidas àquelas de que já são possuidores.

Esse é um esforço do Governo que conta com o entusiasmo e boa vontade do jovem, em favor da verdadeira integração da Amazônia, porque essa atividade visa atingir o homem que é o principal elemento no processo de desenvolvimento regional.

A coordenação do movimento, no Baixo Amazonas, ficará instalada em Santarém, onde já contamos com o Campus Avançado da Universidade de Santa Catarina.

Os membros desta coordenação estão recebendo integral apoio da administração municipal e demais órgãos dos governos estadual e federal aqui sediados.

A chegada da segunda turma de acadêmicos, como se vê, foi noticiada de forma entusiasta e até um tanto emotiva; traços característicos do momento em que o país vivenciava o sentimento de “patriotismo” induzido por alguns segmentos sociais. Por outro lado, as contradições eclodiam, intensificando a insatisfação popular, os protestos, as manifestações, os conflitos e os movimentos de massa liderados pela juventude buscando “construir uma sociedade mais justa” (PRAVATO, 2011, p. 21), sobretudo no que tange aos

problemas específicos da educação, os jovens, tornavam-se fundamentais, mas também, principal alvo de repressão do governo militar. Havia um paradoxo. De um lado, a grande predisposição dos jovens em contribuir com o desenvolvimento brasileiro, porém questionando o modelo em curso. De outro lado, os governos militares firmes em seus propósitos e “objetivos nacionais”, porém, desejosos da obtenção de apoio estudantil. Era preciso então encontrar um mecanismo que garantisse o “aproveitamento” daquela mão de obra e, ao mesmo tempo, afastasse qualquer possibilidade de manifestações contrárias ao projeto em curso⁵, criou-se então o Projeto Rondon, uma das mais importantes e estratégicas ações extensionistas realizada por universidades brasileiras, dada a sua dimensão em número de participantes, cerca de 130.000⁶, e aos objetivos a que se propôs. Contudo, largamente criticado pela concepção assistencialista; ou seja, “aqueles que têm, aqueles que sabem, prestam assistência àqueles que não têm, àqueles que não sabem” (SAVIANI, 1987, p. 54). Na compreensão do autor, esta visão de extensão estava totalmente “viciada” ao criar um Projeto que utilizaria a extensão para corrigir distorções.

O Projeto Rondon, por exemplo, foi criado com a seguinte justificativa: aqueles que estão nos grandes centros têm condições de ter uma formação razoável; então eles, pelo menos em certo período do ano, devem ir às regiões menos desenvolvidas e prestar serviços (SAVIANI, 1987, p. 53).

Ainda segundo o autor, o projeto ao ser criado e denominado como extensão universitária, fez com que esta fosse “encarada como uma espécie de *caridade*, que aqueles que podem, prestam àqueles que não podem; um favor...” (Idem, *grifos do autor*). De certo modo, ao analisarmos o contexto de sua criação, e o objetivo proposto “levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira e participar do seu processo de desenvolvimento” (BRASIL, 1980, p. 15), percebemos a junção de forças de interesses. Por um lado “uma tirada demagógica do governo pós-64 para dizer que ele está preocupado com o povo” (SAVIANI, 1987, p. 62), por isso, o assistencialismo do Programa, e por outro, a possibilidade de “afastar dos meios estudantis aquilo que lhes parecia ser, em seu vocabulário

⁵ Para mais informações sobre o assunto consultar: AMATO, Gabriel Lima. Aula prática de Brasil: ditadura, estudantes universitários e o imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>. Acesso em: 07 mar. 2019.

⁶ Dados obtidos a partir dos estudos de: AMATO, Gabriel Bruno de Lima. Integrar o Brasil, combater a “subversão”: universitários e militares na criação do Projeto Rondon (1967-1969), Anais eletrônicos do seminário 1964-2014: um olhar crítico, para não esquecer UFMG, Belo Horizonte – 18 a 20 de março de 2014. Disponível em: <https://seminario19642014.wordpress.com/inscricoes-trabalhos/anaiseletronicos>. Acesso em: 08 mar. 2019.

anticomunista, *subversão e radicalismo*” (AMATO, 2015, p. 46, *grifos do autor*), ambas, constituíram uma solução estratégica que encontrou forças num terceiro fator - as políticas de integração socioeconômica e desenvolvimento do país em curso.

O Campus avançado da UFSC em Santarém, assim como os outros espalhados pelo país, foi instalado numa área considerada mais afastada da cidade, cerca de 5 km do centro comercial do município, ocupando um espaço de aproximadamente meio hectare, repleto de árvores nativas⁷, todas identificadas com placas, e abundante fauna de pequeno porte, constituída principalmente por pássaros⁸. Agradável e até encantador⁹, para os estudantes, que viam o lugar como um “mundo a parte”, outra realidade desconhecida para aqueles jovens, e permeada pelo “imaginário” criado com relação à Amazônia.

FIGURA 3 – A UFSC NA AMAZÔNIA



Fonte: Arquivo da Hemeroteca Digital Catarinense; *Jornal O ESTADO*, 12 de março de 1978. (Acervo da pesquisadora - Exemplar digitalizado e cedido pela administração da Biblioteca Pública de Santa Catarina).

As instalações eram construídas em madeira, todas da região, e obedeciam a um estilo “ecológico”; bem ventiladas, com venezianas e telas nas aberturas para impedir a entrada de mosquitos e insetos. Somavam um total de cinco estruturas, sendo: - Duas

⁷ De acordo com as entrevistas realizadas, pesquisa em revistas, artigos e correspondências pessoais dos informantes, a área ainda preservada possuía árvores nativas como: cumaru, copaibarana, tatapiririca, caraxuó, paricá, jacuba, comida de jabuti, louro e outros.

⁸ De acordo com as entrevistas realizadas, pesquisa em revistas, artigos e correspondências pessoais dos informantes, na área ainda preservada notava-se a presença de várias espécies de pássaros tais como: sanhaçu, pipira, canarinho, sabiá, tetéu, coleiro, patativa, galo de campina, japiim, curió, bicudo, azulão, tucano, bem-ti, vi, siriri, periquito e outros.

⁹ Rodolfo Hans Geller, advogado, professor universitário, estudante e professor no Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Catarina em Santarém. Entrevista concedida em 19 de março de 2019.

residências, uma para o Diretor Geral e outra para o Diretor Adjunto, cada uma com sala, três quartos, cozinha, banheiro, dependência de empregado (a), e área de lazer; um alojamento para estudantes, no mesmo estilo, com duas alas (masculino e feminino), separadas por pequeno pátio interno. Cada ala possuía três quartos, com quatro beliches, e um banheiro coletivo contendo várias pias e chuveiros; uma sala de recreação, com mesa de pingue pongue, mesa para lanche noturno, sinuca e duas mesinhas para jogos diversos, e por fim um bloco de serviços, com uma biblioteca, dois escritórios administrativos, cozinha, lavanderia e refeitório. Além das instalações citadas, o Campus contava ainda com um aviário, um pequeno zoológico e uma horta, conforme descrição em reportagem publicada no Jornal O Estado, 1978, (FIGURA 3).

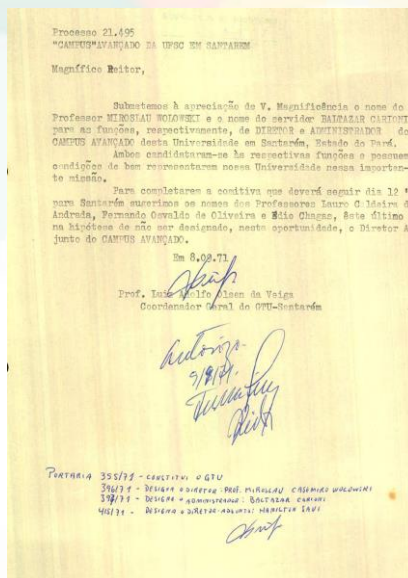
Importa destacar, pela descrição dos espaços e pelas imagens expostas na Figura 3, que a composição do Campus convergia para as recomendações presentes no *Manual sobre o planejamento integral de campus universitário* elaborado por Rudolf Atcon e aprovado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), publicado em 1970, conforme lembra Buffa (2016, p. 821).

O campus universitário, para Atcon, seria um conjunto homogêneo, fechado e com mais facilidade de controle e administração, rigidamente planejado, seguindo uma estrutura didática bastante diferente daquela das faculdades isoladas. Uma estrutura que pudesse favorecer os aspectos de racionalidade e de baixo custo de construção, administração e controle.

Sobre a seleção da primeira equipe administrativa que compôs o Campus Avançado da UFSC em Santarém, o Grupo de Trabalho Universitário (GTU-Santarém), encaminhou ao Reitor, por meio do Processo 21.495, (Figura - 4), a indicação de cinco nomes. Após apreciação, a Reitoria designou o professor Miroslau Casemiro Wolowski para Diretor; o professor Hamilton Savi para Diretor Adjunto e Baltazar Carioni para a função de Administrador do Campus Avançado.

Definida a equipe diretiva, estabeleceram-se os meios legais para sua permanência e atuação em Santarém, que deveria ser de no mínimo seis meses. Tal equipe ficou responsável em selecionar e contratar pessoal para serviços administrativos e gerais, apreciando as normas que previam o recrutamento de pessoas residentes na região, por considerar que esta medida implicaria em “importante fator de integração do campus à comunidade” (UFSC a, 1971, p. 5).

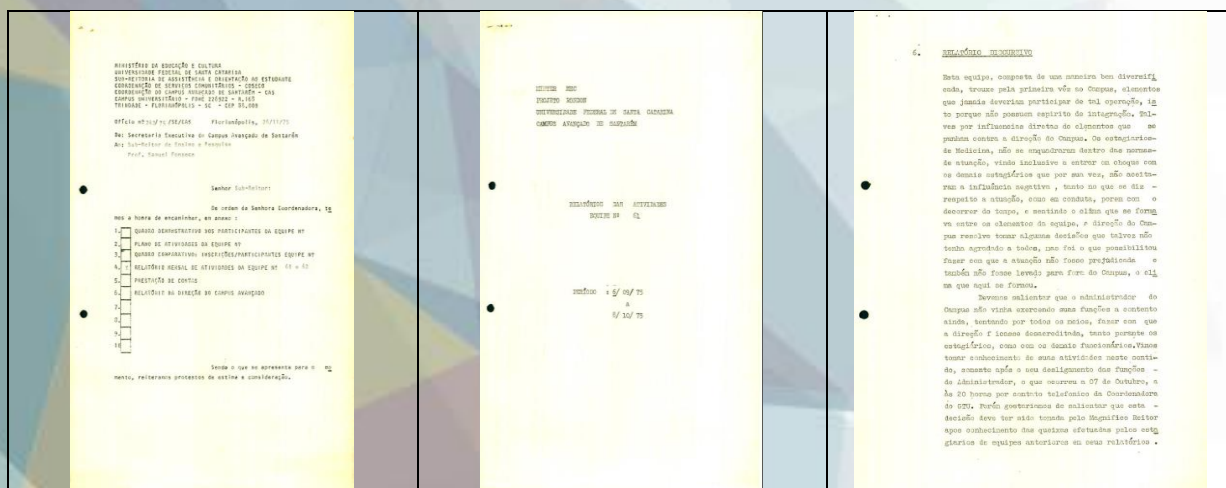
FIGURA 4 – “PROCESSO 21.495”



Fonte: Arquivo Central da UFSC (Acervo da pesquisadora).

É perceptível, nas fontes analisadas à recorrência ao fator “integração”, tanto dos docentes quanto dos discentes, os quais obrigatoriamente, antes da inserção ao projeto, passavam por um processo de recrutamento e treinamento e somente após serem considerados “aptos” às ações, era autorizado o deslocamento ao Campus, onde o grupo deveria permanecer na região por 28 dias sob orientação e avaliação constante, pois, ao final do estágio, deveria ser encaminhado pelo Diretor do Campus um relatório (FIGURA 5) detalhado das atividades desenvolvidas.

FIGURA 5 (primeiras duas imagens) – RELATÓRIO DE ATIVIDADES EQUIPE Nº 61; e na terceira imagem, o RELATÓRIO DISCURSIVO.



Fonte: Arquivo UFSC (Acervo da pesquisadora).

As análises dos relatórios nos conduziram à percepção de que estes documentos expressavam uma opinião única, a do Diretor do campus, o qual em alguns momentos, exercia quase uma função de “juiz de valores”, percebível na descrição do item 6, denominado *Relatório Discursivo*, ilustrado integralmente (FIGURA 5), referente aos trabalhos desenvolvidos pela equipe 61, no período de seis de setembro a oito de outubro de 1975. Nota-se a constante preocupação com a ordem e integração estudantil ao Projeto Rondon sobressai às atividades extensionistas, tornando estes fatores preponderantes à avaliação dos estudantes, segundo relato do Diretor do Campus.

O exemplo citado (referente aos trabalhos desenvolvidos pela equipe 61, no período de seis de setembro a oito de outubro de 1975), demonstra a preocupação com a ordem e integração estudantil ao Projeto Rondon. Conforme relato do Diretor:

Esta equipe, composta de uma maneira bem diversificada, trouxe pela primeira vez ao Campus, elementos que jamais deveriam participar de tal operação, isto porque não possuem espírito de integração. Talvez por influências diretas de elementos que punham a direção do Campus (UFSC b – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EQUIPE 61, 1975, p. 7).

Os relatórios demonstram que as atividades extensionistas desenvolvidas a partir do Campus avançado da UFSC em Santarém foram diversas, contudo, não são expressas nos documentos de forma que possam ser avaliadas qualitativamente, já que os documentos revelam apenas a quantidade, e quando constam descrições das atividades desenvolvidas, expressam os efeitos cívicos do projeto, e não os resultados formativos. Mesmo que não seja nosso objetivo quantificá-las, apresentamos a seguir um quadro no qual podemos visualizar os tipos de ações que foram realizadas pelo campus avançado.

QUADRO 1- PRINCIPAIS PROJETOS E ATIVIDADES

PRINCIPAIS PROJETOS E ATIVIDADES DO CAMPUS DA UFSC EM SANTARÉM				
Áreas de abrangência				
Educação	Socioeconômico	Saúde	Agropecuária	Técnico
Implantação do Centro de Ensino Profissionalizante; Curso de educação artística; Curso de educação para o lar; Curso de aperfeiçoamento didático-pedagógico para professores da	Projeto fundiário do INCRA - <i>Operação Terra</i> ; Reformulação administrativa e contábil de cooperativas e colônias de pesca do Estado do Pará; Assessoramento técnico-	Campanha nacional de multivacinação; Curso de parteiras leigas; atendimentos médico-odontológicos; Preventivos/curativos Curso para atendentes de enfermagem; Orientação sobre educação sanitária; Atendimento médico-laboratorial, ambulatorial e	Instalação e supervisão de hortas; Assistência técnica a proprietários rurais; Arborização do perímetro urbano; Experimentação em citricultura;	Elaboração de projetos e plantas; Serviços de assessoria técnica às entidades locais; Levantamento planimétrico; Atividades de

primeira à quarta série do 1º grau de Santarém; Curso de flores, frutos e artes aplicadas; Treinamento de recursos humanos em educação física e desportos; Curso de recreação infantil; Treinamento e recursos humanos em biblioteconomia; Curso de organização desportiva; Construção e utilização de quadras de esportes.	administrativo-contábil às instituições locais; Organização e assessoramento às bibliotecas locais; Assistência jurídica às comunidades; Levantamento socioeconômico da microrregião; Organização do acervo da biblioteca municipal Paulo Rodrigues dos Santos; Incentivo e difusão das atividades artísticas e artesanais de Santarém.	clínico; Curso para gestantes; Curso de primeiros socorros a agricultores de Monte Alegre; Levantamento de dados e montagem do Projeto de Prevenção da cárie dental, através do bochecho de flúor; Projeto de saúde integrada; Instalação e funcionamento de um laboratório para exames ginecológicos Periódicos; Educação sanitária; Prevenção do câncer na mama; Projeto materno-infantil.	Vacinação de bovinos; Cadastro de propriedades rurais; Unidade didática da agropecuária Olericultura Aviário (corte e postura); Estudo e aproveitamento de frutas tropicais.	engenharia mecânica.
---	---	--	--	----------------------

Fonte: Formulado com base nos relatórios do Campus avançado da UFSC em Santarém e nos dados disponíveis em: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon. Brasília, MEC/DDD, 1980.

O Campus também realizou (1977/1980) parcerias com o Movimento de Educação de Base - MEB, e Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF, com atividades educativas, culturais e esportivas (JORNAL DE SANTARÉM, 1980), além destes, destacam-se também, atividades que corroboraram com a formação em nível superior, como os intercâmbios estudantis, e apoio à expansão e a interiorização da Universidade Federal do Pará em Santarém, conforme relembra um dos entrevistados.

Foi um trabalho muito rico, acredito que a UFSC compeliu para a vinda da UFPA aqui, pois lá no começo o Campus passou a receber os profissionais da UFPA que vinham a Santarém, também recebeu alunos, assim como intermediou a ida de estudantes daqui para Santa Catarina, tem vários profissionais de Santarém que através do Campus conseguiu estudar lá, era um tipo de intercambio, todo ano a universidade ofertava duas vagas para estudar no colégio agrícola da UFSC que ficava em Camboriú, estudavam lá e depois voltavam, como o Jaci Barros, a irmã dele, a irmã do Francisco que era motorista do Campus, são muitos profissionais que foram pra lá, tem médicos, engenheiros, professores. Tem algo muito importante também, a partir do momento que UFSC veio para Santarém, causou certo embaraço (risos) como se estivesse ocupando um lugar que seria da UFPA, então a federal do Pará tipo que agilizou o processo de interiorização, impulsionou processo. Durante este processo de interiorização da UFPA também foi fundamental a UFSC repassar as instalações do Campus avançado. Foi tudo documentado, repassamos toda a infraestrutura¹⁰.

Ainda no que tange à qualidade e contribuições das atividades, é possível dimensionar a atuação destas por meio das pesquisas em jornais locais, depoimentos de pessoas atendidas pelo Campus e relatos dos integrantes da comunidade acadêmica que viam os serviços

¹⁰Rodolfo Hans Geller, entrevista concedida em 19 de março de 2019 – Advogado, estudante atuante no Projeto Rondon em 1975 e docente no Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Catarina em Santarém.

prestados como uma forma de assistência, mas também, a possibilidade de troca de experiências, conforme relata o mesmo entrevistado da transcrição anterior, que atuou a princípio como estudante e posteriormente como docente.

Eu, como outras pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, vim para Santarém através do Projeto Rondon, um Projeto do Ministério da Integração, cujo lema era “integrar para não entregar”, a primeira vez, cheguei aqui em dezembro 1975, era estudante universitário. Na época era uma equipe de vinte e poucos estudantes, na medida em que chegava uma, saía outra, pegavam o mesmo avião, era uma chegando e outra saindo. Eram estudantes de áreas diversas, saúde, educação, área jurídica e outras... e nós da área jurídica víamos para estagiar nos cartórios, no INCRA... , fazíamos atendimentos diversos, como atendimento de enfermagem, atendimento médico, aplicação de vacinas, realização de exames. Na área de educação, muitos cursos eram ofertados, não só aqui como para o interior, formação de professores. Além da brilhante atuação nos serviços na Biblioteca Municipal Paulo Rodrigues dos Santos, lá os estudantes de biblioteconomia fizeram a catalogação dos livros de forma científica, realizaram treinamento para os servidores da biblioteca. Foi um legado! Era muito bom contribuir, não era só assistencialismo, pois muitas atividades deram frutos, tiveram continuidade. Era gratificante colaborar com a sociedade santarena¹¹.

Observa-se a partir do relato, que as atividades desenvolvidas pelos integrantes do projeto não se resumiram ao assistencialismo, todavia, são lembradas, especialmente por esta característica. Assim, não obstante às críticas ao projeto, como ressaltou Saviani (1987), vale destacar que por meio destas atividades alcançava-se de certo modo, uma formação acadêmica relevante.

[...] me parece que aqueles que participaram do Projeto Rondon, não obstante as ressalvas que a ele se possam fazer, devem – já que ele é um fato – encará-lo como um espaço que está aí, e que possibilita aos estudantes universitários um contato com as populações marginalizadas, contato esse que permite a esses universitários familiarizar-se com a realidade brasileira. Isto já é um dado importante na sua formação (SAVIANI, 1987, 63).

Considerações Finais

Podemos inferir que o Campus avançado da UFSC em Santarém foi planejado e construído nos moldes adotados após a reforma universitária de 1968, que buscou conter as reivindicações estudantis. Para isso, adotou estratégias de mantê-los afastados do centro urbano, avaliar constantemente os estagiários e fixar a residência do Diretor dentro do Campus.

Mesmo considerado seu caráter assistencialista e as intenções políticas de seus formuladores, em pleno transcurso de governos autoritários, o Projeto Rondon, pela atuação

¹¹ Rodolfo Hans Geller, entrevista concedida em 19 de março de 2019.

das universidades federais, em seus campi avançados, possibilitou a realização de atividades contínuas e de caráter formativo em locais distantes dos centros urbanos nos quais estavam instaladas as instituições de ensino superior. No caso específico do campus da UFSC em Santarém, foram realizadas atividades formativas na área de educação, tais como os cursos de aperfeiçoamento didático pedagógico, executados em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e a 5ª Divisão da Secretaria de Educação do estado do Pará, as quais possibilitaram, em um momento de carência em formação de professores, importantes resultados.

As atividades iniciadas no Campus avançado em 1971 foram contínuas até o ano de 1985, quando o Projeto Rondon, após estudos de redimensionamento de suas ações, decidiu pela regionalização dos Campi avançados. Destarte, por meio da celebração de convênio, no dia 19 de fevereiro de 1986, a UFSC e o Projeto Rondon realizaram a transferência das instalações do Campus avançado em Santarém para a Universidade Federal do Pará – UFPA, que consolidava naquele período seu processo de interiorização. Por fim, registre-se que as figuras apresentadas constituem parte das fontes que se encontravam dispersas e fadadas ao esquecimento ou extravio. Estão sendo objeto de apreciação analítica juntamente com outros documentos para melhor compreensão do processo de implantação e de desenvolvimento inicial do ensino superior público em Santarém.

Referências

AMATO, Gabriel Lima. **Aula prática de Brasil**: ditadura, estudantes universitários e o imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, 2015.

BRASIL, **Decreto nº 62.927**, de 28 de Junho de 1968. Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho "Projeto Rondon", e dá outras providências. Diário Oficial da União - Brasília, DF, Seção 1 - 1/7/1968, Página 5387. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62927-28-junho-1968-404732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon**. Brasília, MEC/DDD, 1980. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002223.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais: 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº126/2012. Brasília, 2015 a. Disponível em: file:///C:/Users/Penildon/Downloads/analise_expansao_universidade_federais_2003.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Relatório do Conselho Federal de Educação**. 1987. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd007479.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2018.

BUFFA, E; PINTO, G. A. O território da universidade brasileira: o modelo de câmpus. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, **ANPEd**, v. 21, n.67 out. – dez.2016.

CASTRO, Aline Tamires Kroetz Ayres Castro. **Extensão universitária e formação política na universidade pública**: O caso Projeto Rondon na UFRGS e na UDESC. Dissertação. (Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/134809>. Acesso em: 28 fev. 2019.

COLARES, Anselmo Alencar. **Sociedade e educação em Santarém - PA**: estudo do período em que o município foi de segurança nacional (1969/1984). 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1998. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9236>. Acesso em: 13 mar. 2019.

COLARES, A. A. **A história da educação em Santarém**: das origens ao fim do Regime Militar (1661–1985). Santarém – Instituto Cultural Boanerges Sena, 2005.

CUNHA, Luiz Antonio. Educação, estado e democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado & sociedade**. 6 ed. São Paulo: Moraes, 1986.

MONTEIRO, Regina Clare. **CACS (Campus Avançado de Cruzeiro do Sul)**: uma análise crítica. 1990. 211f. Dissertação (Faculdade de Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 1990. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/25279.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

PRAVATO, Camila Medeiros. Projeto Rondon e ensino no Brasil: construção de uma aliança entre o conhecimento empírico e científico. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Covilhã**, Portugal, p. 1-37, 2011. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/pravato-camila-projecto-rondon-e-ensino-no-brasil.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre a universidade**. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1987.

SPIAZZI, Daiane Tonato. **Memorial Projeto Rondon**: um espaço de pesquisa, preservação e valorização da história do Projeto Rondon na UFSM. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural – História e Memória). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/10991>. Acesso em: 02 mar. 2019.

Relatórios

UFSC a, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório final de implantação do campus avançada da UFSC em Santarém**, Florianópolis, 1971.

UFSC b, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório das atividades da equipe 61**, Florianópolis, 1975.

Jornais

JORNAL DE SANTARÉM. **O Projeto Rondon em Santarém**. Santarém em 15 de janeiro de 1972.

JORNAL DE SANTARÉM. **Campus e MEB vão atuar no interior**. Santarém - PA. Ano I. p. 47, 20 de abril de 1980.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Campus. Rio de Janeiro, RJ. **1º Caderno**, fl. 4, Ano 1971, Edição 24031, 16 de agosto de 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=21282&url=http://memoria.bn.br/docreader# Acesso: 12 mar. 2019.

JORNAL O ESTADO. **A UFSC na Amazônia**. Florianópolis. Edição Especial, pág. 17. Ano. 1978.

Revistas

INTERIOR, Revista bimestral do Ministério do Interior. **A Universidade Descobre o Brasil. Saguí, Quati, sustos e gritos às vezes perturbam a calma no Campus de Santarém**. Brasília, Ano IV, nº 33, julho/Agosto de 1980.

UFSC 50 anos: trajetórias e desafios/Roselane Neckel e Alita Diana Corrêa Küchler, organizadoras. – Florianópolis: UFSC, 2010

Recebido em: 06.08.2019.

Aceito em: 20.08.2019.